

Comentário

Bianchi, Ana Maria. *A Pré-História da Economia.* São Paulo HUCITEC, 1988, 168 p.

MAURÍCIO C. COUTINHO(*)

São tão raros os textos tratando da formação do pensamento econômico no Brasil que não se pode deixar de receber com satisfação *A Pré-História da Economia*, de Ana Maria Bianchi. A obra representa um esforço de estudar sistematicamente o passado da ciência, fornecendo não apenas sugestões para que se discutam questões epistemológicas em economia, como também material para que o ensino de História do Pensamento Econômico saia do ramerrão habitual.

Com efeito – e como é sabido – em economia a norma dominante é tratar o passado como algo irrelevante à teoria moderna. Nas melhores escolas procura-se fazer a recuperação da economia política clássica. Ainda assim, evita-se uma interrogação crucial: por que e sob quais condições a economia se constituiu como um ramo próprio e individualizado da especulação intelectual? Ao procurar identificar as “marcas de nascença” da economia política, Bianchi joga luz sobre certos traços da filosofia dos séculos XVI, XVII e XVIII sem os quais se torna impossível entender as raízes do pensamento econômico, bem como a própria constituição de uma ciência da economia política plenamente identificada.

A retrospectiva da autora é marcada por duas preocupações fortes e explicitamente assumidas. Em primeiro lugar, o foco de motivação é a assim chamada “crise de identidade” da economia moderna. Conforme pondera (e ilustra efusivamente) Bianchi, inúmeros expoentes do pensamento contemporâneo estão insatisfeitos com a adequação, e mesmo com a relevância, das

(*) O autor é professor do Instituto de Economia, UNICAMP.

teorias econômicas frente à realidade atual. Haveria uma espécie de crise dos paradigmas. Nem marxistas, nem neoclássicos, nem ecléticos, sentem-se à vontade com o arsenal analítico à sua disposição, sem que contudo tenha já despontado um novo e reconhecido paradigma. Nestas condições, o próprio estatuto científico da economia começa a ser questionado.

Sem pretender resolver os impasses da teoria atual, a autora aponta duas trajetórias possíveis para se acercar dos verdadeiros fundamentos da crise. Ou se intensificam as discussões epistemológicas, ou se investiga a “história do pensamento”. É esta última a opção de Bianchi. Daí o esforço de buscar no passado, nas “marcas de nascença”, elementos úteis para procurar melhorar as condições de entendimento da crise. Vale dizer, a motivação básica para se olhar o passado é a “crise de identidade” presente.

O segundo traço marcante da obra transparece no entendimento que se dá à expressão “pré-história”. Não se trata apenas de uma convenção cronológica; situar todos os que sucedem Adam Smith na “história” e todos os que o antecedem na “pré-história”. O significado é bem mais preciso: estudar os antecedentes filosóficos da economia política clássica, aqueles traços da filosofia ocidental que não desaparecem (muito pelo contrário) ao se constituir este território específico da especulação humana, no século XVIII. Se a economia política é herdeira da tradição filosófica do Iluminismo, pesquisar a pré-história significa elucidar o que fica costumeiramente encoberto na discussão econômica: as raízes filosóficas. Este é o objetivo de Bianchi. Não se pode analisar o livro desconhecendo seus propósitos, que estão vinculados tanto à preocupação com a “crise de identidade” quanto com a particular acepção de “pré-história”. São pontos aos quais voltaremos.

Os dois primeiros capítulos ilustram a “crise de identidade” e situam os objetivos da investigação, e os três seguintes compreendem o núcleo central da exposição. Digamos, a título de simplificação, que Bianchi descreve nos capítulos 3 e 4 as características principais da tradição filosófica da qual Adam Smith (é a economia política) serão herdeiros. O método utilizado é o de destacar problemas através da contribuição de pensadores exponenciais. Maquiavel, Bacon, Hobbes, Spinoza e Descartes são os escolhidos para retratar a nova concepção de homem formada no período da Renascença. Nesta época, enfraquece o domínio da igreja e da preocupação estritamente religiosa sobre a especulação filosófica, abrindo-se as portas para um pensamento político, científico e ético adequado às grandes transformações sociais pelas quais passa a Europa. Há uma valorização do empirismo, da moral teleológica, de uma concepção contratualista de Estado e sociedade, que mais tarde estarão presentes na criação da especulação especificamente econômica.

Locke, Helvetius, Hume e os moralistas ingleses são os autores enfocados para ilustrar o Iluminismo, em especial a vertente inglesa, da qual a eco-

nomia política emerge. Smith, ele próprio, foi um dos moralistas ingleses mais destacados, e através de sua obra a visão iluminista sobre natureza humana, ética, progresso, translada-se integralmente para a economia política. Bianchi mostra, com habilidade, que na economia política está presente toda a carga filosófica do Iluminismo. Não há cisão radical entre o Smith filósofo e o Smith economista, senão apenas diversificação (ou diferenciação) de óticas de especulação; nesta medida, as “marcas de nascença” são filosóficas. Por mais que a economia política, uma vez constituída, diferencie seu campo de investigação, as raízes filosóficas permanecem indelévels.

Em suma – e sem pretender sequer sumariar o núcleo central do texto – a obra não só relembra as origens filosóficas da economia política, como também destaca com didatismo quais os elementos da tradição filosófica européia que serão transpostos para a nova ciência. É impossível ignorá-los se quisermos compreender a economia política clássica, e principalmente se quisermos entender a decisiva (e pouco enfrentada) questão: como e sob quais condições forma-se uma nova maneira – a econômica – de se enfocar a vida social.

Um dos pontos altos do texto é a precisa ambientação cronológica da economia política. No século XVIII, como bem aponta Bianchi, surge uma nova maneira de observar-se o mundo, um novo ângulo de enquadramento da atividade humana, o econômico. A economia política é a disciplina que irá consagrar e sistematizar esta nova visão, desenvolvendo um arsenal analítico apropriado.

Esta percepção, aparentemente trivial, tem o significado profundo de afastar-nos das concepção que vê na “ação econômica” um simples procedimento universal de adequação racional entre fins e meios, presente no homem (na natureza humana) independentemente da forma de organização social. Os que encaram a atividade econômica sob esta ótica costumam encontrar procedimentos “econômicos” em qualquer época histórica, reduzindo a história do pensamento a uma enumeração de elaborações que sugerem pensamento racional ou econômico.

Essa concepção afasta-nos também de um tipo de apreciação bem mais sutil e elaborada, que julga os autores do passado apenas à luz de contribuições consideradas relevantes para as modernas teorias aceitas. É o caso, por exemplo, de um autor da envergadura de Schumpeter que, não obstante a reconhecida excelência, ao restringir-se a procedimentos analíticos perde de vista a especificidade do surgimento da economia política clássica.

A precisa ambientação cronológica e o necessário reconhecimento das “marcas de nascença” filosóficas da ciência da economia política, no entanto, não são suficientes para desfazer uma ambigüidade, ou indefinição, que sombreia o texto. Voltamos aqui às duas questões referidas anteriormente, fixando-nos na segunda para depois nos dirigirmos à primeira. Conforme foi destacado,

o trabalho não pode ser avaliado fora de seus objetivos. Em primeiro lugar, o foco de motivação é a “crise de identidade”; em segundo lugar, por “pré-história” entendem-se exclusivamente raízes filosóficas. Ora – para irmos logo ao ponto – não é verdadeiro que possamos entender os condicionamentos (inclusive os epistemológicos) da ciência atendo-nos exclusivamente às raízes filosóficas. A economia política não surgiu como mero desdobramento das preocupações filosóficas convenientemente sumariadas no texto. Ela representou uma fusão da tradição filosófica com o raciocínio em torno de questões concretas que passam a se impor nos séculos XVII e XVIII: moeda, preços, juros, relações internacionais, tributação.

A *Riqueza das Nações* pode ser considerado o texto representativo do nascimento de um novo ângulo de enfoque da atividade humana, não por possuir densidade filosófica, não por combinar com elegância indução e dedução, não por generalizar e ilustrar profusamente suas proposições, senão por aplicar com êxito e sistematicamente, pela primeira vez, a disciplina filosófica e científica a um sem-número de importantes questões concretas (troca, moeda etc.) que vinham sendo objeto de acirrado debate há pelo menos um século.

Não nos referimos aqui apenas aos nexos entre realidade e pensamento. Bianchi reconhece que a dissolução da sociedade medieval e a intensificação da troca e do comércio criam o pano de fundo diante do qual se ergue o pensamento econômico; reconhece, em suma, (mesmo sem dar o devido destaque) que a economia política é a ciência do capitalismo nascente. O problema é outro, embora conexo. O desenvolvimento da sociedade mercantil dá margem a um complexo, diversificado e profundo debate sobre relações especificamente econômicas, típico do assim chamado pensamento mercantilista. O mercantilismo constituiu não somente uma época, ou uma orientação de política econômica dos estados nacionais; representou também um pensamento econômico. Não, com certeza, uma “escola de pensamento”, no sentido (eventualmente) aplicável aos clássicos. Mas representou o início da cultura econômica sistemática.

Bianchi talvez desconsidere os economistas mercantilistas porque sua noção de pré-história abarca apenas raízes filosóficas. Os mercantilistas são quase sempre panfletários rudes, comerciantes incultos não raro dedicados antes de tudo à defesa de seus interesses pecuniários imediatos⁽¹⁾. Poucos têm a capacidade de generalização típica dos espíritos filosoficamente formados. O quadro, todavia, é bem mais complexo. Locke é dublê de filósofo e economista e, enquanto economista, ainda preso ao mercantilismo, portanto, às concepções que virão a ser combatidas por Smith. Petty tem uma cultura filosófica

(1) SCHUMPETER (1954) faz menção a este fato.

que transparece em toda a obra; ademais, é talvez o economista mais representativo do espírito baconiano, fundamental na conformação da economia enquanto ciência. Apesar disto, não se libera dos princípios mercantilistas.

O próprio Smith, filósofo por formação e acadêmico por vocação, intensifica seus estudos econômicos por pressão de demandas bem concretas. Afinal, ele é tutor e conselheiro de uma aristocracia com interesses mercantis. Locke também fora conselheiro político e econômico da aristocracia; Petty, ele próprio, passa de médico a conselheiro e burguês. Enfim, os homens de formação filosófica e científica (muitos deles exercem medicina) são chamados a opinar sobre as questões econômicas concretas que vão se tornando dominantes nas sociedades mercantis. Lançam o peso de seu preparo intelectual sobre problemas que vinham recebendo atenção de pensadores práticos. A economia política é precisamente isto: a fusão entre o espírito filosófico dos séculos XVII e XVIII e as questões materiais típicas do capitalismo nascente.

Mais ainda, a economia política é a gema mais preciosa na coroa do Iluminismo. E o Iluminismo, como se sabe, é também, e sobretudo, um programa de ação. Deste modo, a ciência consagra-se quando há um programa de ação maduro: o Liberalismo⁽²⁾. Hume, Quesnay, Turgot e Smith, alguns dos principais codificadores, não apenas são liberais; eles constroem os argumentos de modo a desfraldar a bandeira do Liberalismo.

Esta gama variada de questões – origens filosóficas, temas econômicos concretos, o programa do Liberalismo – mostra que enfocar a pré-história da economia apenas sob o ângulo das raízes filosóficas representa um empobrecimento de conseqüências inarredáveis. Tanto no passado quanto no presente, há vários movimentos convergentes. Por um lado, “marcas de nascença” filosóficas. Por outro, temas concretos postos pela realidade econômica. Além disto, bandeiras ideológicas de cada autor e espírito das épocas. Desta combinação emerge uma nova disciplina intelectual que, por sua vez, desenvolve-se também através da confrontação de procedimentos metodológicos que lhe são peculiares.

Isto nos remete à anteriormente mencionada “crise de identidade”. Sem pretender entrar em digressões epistemológicas, e apenas a título de ilustração, lembremos que, hoje como ontem, os autores divergem em relação à análise dos fatos concretos e em relação ao próprio significado da ciência. O debate Malthus-Ricardo é bastante sugestivo desta fratura envolvendo procedimentos analíticos, definição de objetos, motivação ideológica, raízes filosóficas. Naturalmente, nem sempre as raízes filosóficas e o ânimo ideológico explicam tudo. Ricardo é tão liberal quanto Smith e muda inteiramente a rota da economia,

(2) A conexão entre as questões econômicas postas pelo mercantilismo e o espírito de transformação do Iluminismo são muito bem captadas por WINCH (1973).

que se transforma de “ciência da riqueza” em “ciência da distribuição” Ambos são assumidamente utilitaristas, mas Petty também o fora, como Jevons e Marshall serão. E temos aqui três momentos absolutamente distintos no pensamento econômico: mercantilismo, classicismo, marginalismo.

O próprio significado do utilitarismo para a ciência econômica deste século não é muito claro. Schumpeter tende a acreditar que a moderna teoria do equilíbrio pode prescindir do utilitarismo, não deixando de ser neoclássica. Todavia, construções tão contemporâneas quanto as finanças públicas da escola da *public choice* não abrem mão de um utilitarismo de sabor bem antigo. Enfim, se os nexos entre filosofia e economia são notórios e importantes, não parecem sempre decisivos para explicar as vicissitudes do pensamento econômico.

Sendo verdadeira a proposição acima, pouca relação haverá entre “crise de identidade” e origens filosóficas. A própria noção de “crise de identidade”, aliás, é bastante complexa e encobre problemas muito distintos. Deixando de lado tal questão, que foge à temática, o propósito é o de sugerir que talvez a constatação de “crise de identidade” não seja a rota mais adequada (e muito menos a rota necessária) para nos acercarmos da história do pensamento econômico, especialmente da formação da economia política.

Daí a já referida ambigüidade que, sem empanar os méritos, percorre o texto. Há um “problema econômico” relacionado, mas não redutível, às origens filosóficas. Falta ao livro a identificação do “problema econômico” como fio condutor. Isto não significa necessariamente restringirmo-nos à “história da análise econômica” (como Schumpeter); porém significa procurar fazer uma “história do pensamento econômico”, ainda que parcial. Não em detrimento da explicitação das raízes filosóficas, mas sem restringir a ela a investigação.

Referências Bibliográficas

- SCHUMPETER, J.A. *History of economic analysis*. Oxford, Oxford University Press, 1954.
WINCH, D. The emergence of economics as a science. In: CIPOLLA, C.M. *The industrial revolution*, The Fontana Economic History of Europe, Glasglow, Fontana Collins, 1973.